

COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA DO MDH

Termo de Referência 121/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
121/2025	810005-COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA DO MDH DEIVID JUNIO RIBEIRO PEREIRA	26/11/2025 16:07 (v 0.5)
Status		
ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		00135.223603/2025-19

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 00135.223603/2025-19)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviço de confecção e instalação de placas de sinalização, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Placa de Sinalização (Confecção e Instalação)	22519	Un.	49	R\$ 1.132,56	R\$ 55.495,44

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuos ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano**, contado do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência-TR.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme detalhamento a seguir:

2.2.3. Item (Placas):

- I. ID PCA no PNCP: 27136980000100-0-000001/2025
- II. Data de publicação no PNCP: 16/05/2024
- III. Id do item no PCA: 496
- IV. Classe/Grupo: 873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)
- V. Identificador da Futura Contratação: 810005-629/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no 8º Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Todo o processo de fabricação, transporte e instalação das placas deverá seguir as seguintes recomendações mínimas:

- 4.1.1.1. Priorizar produtos e materiais de baixo impacto ambiental, reciclados e recicláveis;
- 4.1.1.2. Reduzir a geração de resíduos, adotando descarte ambientalmente adequado, conforme a Lei nº 12.305/2010;
- 4.1.1.3. Utilizar materiais e equipamentos duráveis, reparáveis e seguros, em conformidade com normas da ABNT e regulamentos do Inmetro;
- 4.1.1.4. Evitar o uso de substâncias perigosas acima dos limites estabelecidos na diretiva RoHS;
- 4.1.1.5. Utilizar embalagens adequadas, com o menor volume possível e preferencialmente recicláveis;
- 4.1.1.6. Adotar práticas de consumo sustentável, considerando necessidade, oportunidade e economicidade;
- 4.1.1.7. Planejar a logística de transporte para reduzir emissões de gases de efeito estufa, buscando rotas eficientes e, quando possível, priorizando modais de menor impacto ambiental;
- 4.1.1.8. Garantir condições seguras de armazenagem e transporte, de forma a evitar danos, retrabalhos e desperdícios;
- 4.1.1.9. Promover, sempre que viável, a contratação de fornecedores locais para reduzir deslocamentos e fomentar o desenvolvimento regional sustentável;
- 4.1.1.10. Assegurar que a instalação seja realizada com técnicas que evitem impactos negativos ao entorno imediato (solo, vegetação, edificações e acessibilidade);
- 4.1.1.11. Como regra geral, a licitante deverá empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental, estar atenta quanto aos resíduos com logística reversa, observando o sistema de logística reversa nos termos da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022.
- 4.1.1.12. A instalação de placas, por envolver intervenções físicas no ambiente, pode gerar impactos ambientais que devem ser mitigados. Os principais riscos identificados são a geração de resíduos da construção (restos de concreto, embalagens, aparas de metal e ACM), a poluição visual caso o design não seja harmonioso com o entorno, e a potencial erosão do solo em instalações que exijam escavação;
- 4.1.1.13. Para mitigar esses impactos, o presente ETP estabelece critérios de sustentabilidade que deverão ser observados pela contratada. Os materiais especificados, como o aço inoxidável e o ACM, foram escolhidos também por sua alta durabilidade e resistência a intempéries, o que reduz a necessidade de substituições frequentes e, consequentemente, a geração de resíduos a longo prazo;
- 4.1.1.14. A fim de minimizar ou prevenir esses impactos, a empresa contratada deve seguir os Critérios de Sustentabilidade, conforme as orientações e normas relacionadas à sustentabilidade ambiental, com destaque para o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União – AGU – 8ª Edição;
- 4.1.1.15. Portanto, ao longo da vigência do contrato, a empresa contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;
- 4.1.1.16. A contratada deve adotar uma abordagem que promova o uso responsável de recursos e equipamentos, visando a evitar o desperdício de insumos e materiais, assim como a redução da geração de resíduos. Isso está alinhado com as diretrizes de responsabilidade ambiental da contratante;
- 4.1.1.17. Além disso, a empresa contratada deve realizar o descarte adequado, seguindo os procedimentos de logística reversa; e
- 4.1.1.18. Adicionalmente, será incluída como obrigação contratual no Termo de Referência a exigência de que a empresa contratada apresente, como parte de seu plano de trabalho inicial, um Plano de Gerenciamento de Resíduos e Logística Reversa. Este plano deverá detalhar, para cada local de instalação, os procedimentos para a coleta seletiva, o transporte e o descarte ambientalmente adequados de todos os resíduos gerados durante o serviço, em estrita conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Esta medida transforma as boas práticas ambientais em uma obrigação contratual, assegurando que a execução do projeto seja feita de forma responsável e sustentável.

SUBCONTRATAÇÃO

- 4.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, qual seja, da confecção das placas, em conformidade com o estabelecido neste documento, bem como todo o planejamento da instalação, que ficará a cargo da empresa contratada.
- 4.3. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:
 - 4.3.1. A mão de obra para instalação das placas, sob supervisão da empresa a ser contratada, e o eventual acompanhamento de engenheiro se necessário por parte da empresa.
- 4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (**cinco** por cento) do valor **total** da contratação.

4.9. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.9.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.9.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.9.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.9.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização

4.10. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.13. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.13.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.14. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.14.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.14.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.14.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.15. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.16. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.17. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.18. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.19. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.19.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.19.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.20. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato

4.20.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.20.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.21. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.22. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.23. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.24. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

VISTORIA

4.25. Considerando que o serviço será prestado em 13 (treze) unidades federativas e que toda a descrição consta dos documentos auxiliares, bem como dos anexos, os quais fazem parte deste Estudo, não haverá necessidade de realização de avaliação prévia à contratação dos locais de prestação dos serviços.

4.25.1. Serão atendidas as seguintes unidades federativas: **AL, AP, BA, DF, MA, MG, PA, PR, PE, RJ, SC, SP e SE.**

4.26. Contudo, recomenda-se, após a contratação, quando emitida a ordem de serviço, que os locais sejam previamente visitados para pleno conhecimento das condições e peculiaridades do local de instalação, com acompanhamento da fiscalização do contrato ou pelo responsável do local em que será instalada a placa.

AMOSTRAS E PROTÓTIPOS

4.27. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.28. Os representantes do MDHC poderão gerar um link para distribuição aos interessados em participar remotamente da análise das amostras.

4.29. Serão exigidas 1 (uma) amostra de cada tipo de placa (modelos 1, 2 e 3) que deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, no endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco A. Sala 437 – 4º andar – Brasília - DF.

4.29.1. O Qr. Code será apresentado pela contratante quando da solicitação da amostra.

4.30. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo, que deverá ser analisada pelo MDHC.

4.31. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.32. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.32.1.Tamanho e acabamento: Peça em aço inox escovado med. 60X60cm, gravada com impressão digital U.V. e acabamento com proteção contra corrosão, demais detalhes nas cores conforme layout. Fixação com parafusos de acabamento liso na cor prata.;

4.32.2.Estrutura e resistência:Aço inoxidável escovado, Fixação direta em superfícies planas por meio de 4 parafusos de aço inox com acabamento liso (tipo "botão") na cor prata. Peça única, plana, para fixação em parede ou totem.

4.32.3. Identificação visual: padrão de cores, fontes (em conformidade com a identidade visual solicitada); impressão em alta resolução; Superfície legível a diferentes distâncias (definir altura mínima da fonte); acesso ao QR Code;

4.32.4. Segurança: bordas arredondadas ou chanfradas para evitar acidentes; ausência de partes cortantes ou soltas.

4.33. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no chat do sistema Comprasgov e constarão do processo de contratação.

4.34. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.35. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.36. Após a divulgação do resultado do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.37. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes, necessários ao seu perfeito manuseio.

MARGEM DE PREFERÊNCIA

4.38. O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência, conforme disposto no Anexo da Resolução n.º 8, 31 de março de 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2. Início da execução do objeto: **após a assinatura do contrato, com a emissão da primeira ordem de serviço.**

5.3. Descrição detalhada:

5.3.1. A licitante deve dispor de capacidade técnica, incluindo recursos materiais e tecnológicos, e logísticos, para executar a produção e instalação em âmbito nacional, considerando a dispersão geográfica dos locais.

5.3.2. A licitante será responsável por todas as etapas do processo de produção, incluindo confecção, gravação/inscrição personalizada, acabamento, embalagem, transporte, instalador, se houver necessidade, e instalação das placas no prazo estabelecido. Todas as despesas com embalagens, seguros, fretes, tributos e demais encargos decorrentes da entrega dos produtos correrão por conta da empresa a ser contratada.

5.3.3. As placas deverão ser novas (confeccionadas exclusivamente para a contratada), entregues com todos os acessórios pertinentes, não sendo aceito serviço ou material com defeito ou faltante.

5.3.4. Na eventualidade de serem verificados defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam a utilização dos materiais, o fornecedor deverá sanar as incorreções no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Notificação.

5.3.5. As ordens de serviços serão emitidas, preferencialmente, por estado da federação. Após a emissão da respectiva ordem de serviço, caso a contratada entenda necessário, é recomendada a avaliação prévia do local de execução dos serviços, de preferência acompanhado pela fiscalização ou pelo responsável do local em que será instalada a placa.

5.3.6. A vistoria prévia à execução terá por objetivo, além de conhecer o local da prestação dos serviços, possibilitar o reconhecimento da condição da atual estrutura, características de funcionamento do prédio/instalação, fluxo de pessoas, horários de funcionamento das atividades, entre outros.

5.3.7. Os serviços serão prestados sempre em horário comercial, de segunda a sexta feira, e de acordo com a contratante e com o responsável pelo local que receberá a placa.

5.4. Foram definidas as seguintes especificações técnicas:

A) **PLACA DE SINALIZAÇÃO** - Peça em aço inox escovado med. 60X60cm, gravada com impressão digital U.V. e acabamento com proteção contra corrosão, demais detalhes nas cores conforme layout. Fixação com parafusos de acabamento liso na cor prata.

Modelo 1:



Modelo 2:



Modelo 3:



5.5. Maior detalhamento das placas , bem como da instalação:

Item	Detalhes	Material	Dimensões	Acabamento Impressão	Método de Fixação
1. Placa de Sinalização com instalação – modelos 1, 2 e 3.	Peça única, plana, para fixação em parede ou totem.	Aço inoxidável escovado	60x60 cm Espessura mínima de 2mm	Gravação por impressão digital U.V. de alta resolução e durabilidade ou com gravação em baixo relevo. Acabamento final em verniz de proteção anticorrosiva e contra intempéries. Cores e layout conforme arte final a ser fornecida pelo MDHC.	Fixação direta em superfícies planas por meio de 4 parafusos de aço inox com acabamento liso (tipo "botão") na cor prata.

5.6. O serviço prestado será a confecção das placas juntamente com sua respectiva instalação, cabendo a este Ministério a articulação com os órgãos e instituições necessárias para viabilização de sua implantação.

5.7. O MDHC aprovará os layouts gráficos (arte final) para cada placa, contendo o texto e a logomarca institucional. Esse material será entregue à contratada em formato digital e em tempo hábil para não comprometer o cronograma de produção.

5.7.1. Os Qr. Code serão apresentados juntamente com cada Ordem de Serviço pela contratante.

5.8. As placas deverão ser entregues em perfeitas condições, devidamente instaladas nos locais especificados.

5.9. Para a comprovação da instalação, deverá ser apresentado material fotográfico (com imagens aproximadas e do ambiente em que ocorreu a instalação) e relatório contendo, no mínimo: endereço, nome, telefone e CPF de quem acompanhou a instalação no local (pelo MDHC e pela contratada); nome, telefone e CPF de quem instalou a placa (instalador se houver); hora da instalação e data.

5.10. O prazo máximo para a execução completa dos serviços, incluindo a fabricação e a instalação de todas as placas, será de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data da ordem de serviço emitida.

5.11. Poderão ser emitidas ordens de serviço em caráter de urgência, visando eventual cerimônia de entrega, momento em que a contratada deverá confeccionar as placas em, no máximo, **10 (dez) dias da ordem de serviço**, com entrega no local do evento, para posterior instalação.

5.12. A licitante deve garantir que a confecção e, principalmente, a instalação das placas, respeitem as rigorosas normas de patrimonialização e intervenção em bens tombados estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), parceiro do MDHC nos projetos e outras instâncias de tombamento local.

5.13. A contratada deverá disponibilizar todos os instrumentos, ferramentas de uso geral, materiais de consumo, materiais de reposição, equipamentos, instrumentos, serviços de transporte e mão de obra necessárias à execução dos serviços contratados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, além de considerar materiais com menor impacto ambiental.

5.14. A Contratada deverá fornecer, às suas expensas, todo o equipamento e material de segurança coletiva (EPC) e individual (EPI), necessários à execução dos serviços de instalação, conforme previsto nas Normas Regulamentadoras específicas e Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego, devendo a empresa fiscalizar seu uso adequado por parte dos seus empregados e o correto cumprimento das normas e medidas de segurança.

LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.16. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.16.1. Projeto de Sinalização e Reconhecimento de Lugares de Memória dos Africanos Escravizados no Brasil CGMET:

N. º	NOME DO LOCAL	UF	CIDADE	QTDE. PLACAS	TIPO DE INSTALAÇÃO/OBSERVAÇÕES/ENDEREÇO /COORDENADAS GEOGRÁFICAS
1	Quilombo do Palmares	AL	União de Palmares	1	Foi instalada uma placa provisória, em muro situado na entrada do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga. Deve ser substituída em razão de padronização.
2	Roça do Ventura - Zoogodô Bogum Malê Seja Hundé	BA	Cachoeira	1	A ser instalada em parede lateral da Casa dos Hóspedes.
3	Igreja de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos de Cachoeira	BA	Cachoeira	1	A ser instalada no cunhal direito da fachada da Igreja.
4	Terreiro do Bogum - Zoogodô Bogum Malê Hundó	BA	Salvador	1	A placa será fixada na alvenaria do Barracão, próximo ao seu acesso principal, na área frontal do terreno.
5	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho	BA	Salvador	1	Deverá ser instalada em parede interna da Igreja.
6	Igreja de Nossa Sra. do Rosário dos Pretos da Rua João Pereira	BA	Salvador	1	Deve ser instalada onde já existem sinalizações na fachada com informações sobre a Igreja, de forma que fique posicionada mais próximo da rua, para maior visibilidade e acesso às informações. Recomenda-se a pintura deste trecho da fachada com cor idêntica à existente antes da instalação. Ainda, será necessário suporte metálico ou em madeira que adapte a placa retangular na superfície curva da parede.
7	Candomblé do Capivari (Casa do pé de Cajá)	BA	São Félix	1	A ser instalada na parede ao lado da porta de entrada do barracão.
8	Cafua das Mercês	MA	São Luís	1	A ser instalada em parede do pátio interno do museu Cafua das Mercês, onde já existem diversas placas de sinalização.
9	Casa das Minas	MA	São Luís	1	A ser instalada ao lado esquerdo da parede interna do corredor, no vestíbulo de entrada do templo.

10	Beco de Catarina Mina	MA	São Luís	1	Sugere-se a sua instalação a 1.60m de altura a partir da referência do ponto zero na rua Portugal, alinhando o seu topo às alturas das portas da fachada principal.
11	Igreja de Nossa Sra. do Rosário dos Pretos de Diamantina	MG	Diamantina	1	Deve ser fixado no interior da edificação.
12	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Mariana	MG	Mariana	1	Deve ser fixado no interior da edificação.
13	Igreja de Sta Efigênia ou de N. Senhora do Rosário do Alto da Cruz	MG	Ouro Preto	1	Deve ser fixado no interior da edificação.
14	Igreja de Nossa Senhora do Rosário de São João Del Rei	MG	São João Del Rei	1	Deve ser fixado no interior da edificação.
15	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	PE	Olinda	1	A ser instalada em parede interna da Igreja.
16	Terreiro do Pai Adão	PE	Recife	1	A ser instalada em parede interna do local.
17	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	PE	Recife	1	A ser instalada em parede interna da Igreja.
18	Catedral do Santíssimo	RJ	Campos dos Goytacazes	1	Deve ser fixado na fachada lateral direita da edificação, correspondente a Rua Paul Percy Harris.
19	Complexo do Valongo - Cemitério dos Pretos Novos	RJ	Rio de Janeiro	1	Deve ser fixado na fachada do imóvel presente no local.
20	Complexo do Valongo - Lazareto da Gamboa	RJ	Rio de Janeiro	1	Deve ser fixado paralelo à fachada do imóvel de número 51, localizado na Rua da Gamboa, centro do Rio de Janeiro.
21	Complexo do Valongo - Mercado do Valongo	RJ	Rio de Janeiro	1	Deve ser fixado na fachada de acesso do Jardim Suspenso do Valongo, onde localiza-se o Centro Cultural Pequena África, na Rua do Camerino, Bairro Saúde.
22	Ilê Axé Opô Afonjá	RJ	São João de Meriti	1	Deve ser fixado na fachada do imóvel.
23	Pedra do Sal	RJ	Rio de Janeiro	1	Deve ser localizado na lateral da escadaria que compreende a Rua Argemiro Bulcão, entorno do ponto central da Pedra do Sal.

24	Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia	RJ	Rio de Janeiro	1	Deve ser fixado na fachada da edificação.
25	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	RJ	Rio de Janeiro	1	Deve ser fixado no interior da edificação.
26	Casa de Zungu	RJ	Rio de Janeiro	1	Deve ser fixado na fachada do imóvel de número 41, atual Centro Cultural Casa de Zungú, localizado na Rua São Francisco da Prainha.
27	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	SC	Florianópolis	1	Deve ser fixado à frente da edificação, no pilar direito que compreende o portão de acesso à igreja.
28	Capela de Sant'Anna	SC	Florianópolis	1	Deve ser localizado na fachada da edificação.
29	Casa de Tio Herculano	SE	Laranjeiras	1	A ser instalada na parede da fachada do local.
30	Igreja de Nossa Sra. do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo	SP	São Paulo	1	Deve ser fixada na fachada lateral direita da edificação.
31	Praça da Liberdade	SP	São Paulo	1	Deve ser fixado nas imediações de acesso à Estação de Metrô Liberdade - África - Japão, acessado pela Avenida Liberdade.
32	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Taubaté	SP	Taubaté	1	Deve ser fixado no interior da edificação.
Total de Placas				32	

5.16.2. Projeto Lugares pela Memória-CGPMV:

Nº	NOME	UF	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Coordenadas geográficas	Tipo de sinalização		Tipo de Instalação
						Placa	Qnt de Placa	
1	OBAN/DOI-Codi/II Exército	SP	São Paulo	(Rua Tutóia, 921, Vila Mariana)	-23.578573889316118, -46.651318668357966	Placa	1	
2	Catedral Metropolitana de SP - Catedral da Sé	SP	São Paulo	(Praça da Sé, Sé)	-23.55109331074571, -46.63435343386934	Placa	1	
3	Casa da Morte	RJ	Petrópolis	(Rua Arthur Borges, 50 [antigo 668], Caxambu.	-22.509025549579594, -43.1619372897302	Placa	1	
4	Estádio Caio Martins	RJ	Niterói	Rua Presidente Backer, s/n,	-22.90019988978592, -43.10616396444237	Placa	1	

				Santa Rosa			
5	Parque Nacional do Iguaçu	PR	Serranópolis do Iguaçu, à época Estrada do Colono Km 6	Estrada do Colono	-25.3802498, -54.0539352	Placa	2
6	Departamento de Ordem Política e Social - DEOPS /Memorial da Resistência	SP	São Paulo	(Largo General Osório, 66, Santa Ifigênia)	-23.5348140, -46.6387903	Placa	2
7	Cemitério Dom Bosco - Vala de Perus	SP	São Paulo	(Estrada do Pinheirinho, 860, Perus)	-23.3905680, -46.7409277	Placa	1
8	Centro Cultural Maria Antônia	SP	São Paulo	Edifício Joaquim Nabuco – Rua Maria Antônia, 258	-23.54630694352055, -46.65070525852829	Placa	1
9	Auditoria da Justiça Militar	SP	São Paulo	(Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 1249, Bela Vista)	-23.560146958089376, -46.64306929073242	Placa	1
10	Reformatório Krenak	MG	Resplendor	(Terra Indígena Krenak)	-19.319352, -41.246182 (Coordenadas correspondentes à Terra Indígena Krenak, onde funcionou o reformatório.	Placa	1
11	Quartel do Forte do Barbalho	BA	Salvador	Endereço: Rua Marechal Gabriel Botafogo, s/nº, Barbalho, Salvador.	-12.965184378719151, -38.50005743558209	Placa	1
12	Manifestação contra a deposição e prisão do governador Miguel Arraes na esquina entre a avenida Dantas Barreto e a rua Marquês do Recife	PE	Recife	Esquina entre a avenida Dantas Barreto e a rua Marquês do Recife	-8.063694524902242, -34.87851583098362	Placa	1
13	Teatro de Arena da UnB	DF	Brasília	Campus da UnB, Brasília, DF	-15.761450762569671, -47.869021172536925	Placa	1
14	Fortaleza São José de Macapá	AP	Macapá	Rua Cândido Mendes, 1611 - Central, Macapá - AP, 68900-100	0.03121319689980534, -51.04925539104396	Placa	1
15	Casa Azul	PA	Marabá	Rodovia Transamazônica km 01 - Bairro do Amapá CEP: 68.502-280	-5.3584091854534535, -49.12375579284218	Placa	1
						Total de Placas	17

Parede de alvenaria ou equivalente

ENDEREÇOS:

5.17. Os endereços estão descritos nos anexos IV,V,VI, e VII parte integrante deste TR.

5.17.1. Em caso de aditivo contratual outras localidades e endereços podem ser adicionados às listas.

ESPECIFICAÇÕES DOS MODELOS:

5.18. As especificações dos modelos das placas estão no anexo VIII, parte integrante deste TR.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.19. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.19.1. Confecção das placas, de acordo com as especificações constantes neste instrumento.

5.19.2. Instalação nas 13 unidades da federação, com o acompanhamento de engenheiro, se necessário por parte da empresa.

5.19.3. Todas as despesas com embalagens, seguros, fretes, tributos, instalação e demais encargos decorrentes da entrega dos produtos correrão por conta da empresa a ser contratada.

ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO:

5.20. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. O contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. O contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.7. O contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.15.1. Acompanhar eventual visita prévia às instalações, desde que solicitadas pela contratada;

6.15.2. Acompanhar a entrega das placas instaladas e

6.15.3. Receber o relatório fotográfico da contratada para fins de recebimento provisório.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Gestor do Contrato

6.18. Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.18.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.18.8.2. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.18.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será acompanhada pela equipe da fiscalização do contrato, considerando entregue quando estiver executado em sua totalidade.

7.2. A ordem de serviço indicará um ou mais locais de instalação das placas, e em cada instalação deverá ser apresentado o relatório fotográfico, indicado em 5.9.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelo fiscal técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento a conclusão da ordem de serviço

7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.8.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, e as eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de ateste de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. o prazo de validade;
- II. a data da emissão;
- III. os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV. o período respectivo de execução do contrato;
- V. o valor a pagar; e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.35. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reajuste

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/11/2025.

7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.44. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante

7.44.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.44.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.44.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.45. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;

- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento, ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço Global.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação – aplicável para o contrato de escopo.**

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. A licitante deve dispor de capacidade técnica, incluindo recursos materiais e tecnológicos, para executar a produção e instalação em âmbito nacional, considerando a dispersão geográfica dos locais.

9.32.1.2. A licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) ter executado, de forma satisfatória, serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

9.32.1.3. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão comprovar a execução, de forma satisfatória, de pelo menos 30% (trinta por cento) do número de placas (= 33 unidades) exigidos neste instrumento, com a instalação inclusa;

9.32.1.4. Considerando que a execução do objeto poderá ocorrer em diferentes regiões do território nacional, a licitante deverá demonstrar capacidade de atendimento descentralizado, podendo fazê-lo por meio de:

- a. atestado(s) que comprovem execução de serviços em localidades distintas; ou
- b. declaração formal acompanhada de documentos que evidenciem possuir estrutura própria ou parcerias logísticas suficientes para realizar as instalações nos prazos contratuais, em qualquer unidade da federação.

9.32.2. Essa exigência tem por objetivo assegurar que a futura contratada possua condições operacionais adequadas à dispersão geográfica dos locais de instalação, sem restringir a competitividade do certame.

9.32.3. A exigência de comprovação de capacidade técnica e qualificação operacional tem como finalidade assegurar que a futura contratada possua experiência prévia e estrutura suficiente para executar o objeto com qualidade, segurança e dentro dos prazos estabelecidos, em especial considerando o caráter técnico e especializado dos serviços de fabricação e instalação de placas, que envolvem precisão dimensional, durabilidade dos materiais, cumprimento de normas de sinalização e logística nacional de instalação.

9.32.4. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.32.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.40.6.1. ata de fundação;

9.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.40.6.4.edital de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.40.6.5.três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.40.6.6.ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.40.6.7.última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 55.495,44 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.1.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

- I. Gestão/unidade: 810029;
- II. Fonte de recursos: 1000;
- III. Programa de trabalho: 14422583721G50001 e;
- IV. Elemento de despesa: 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são Classificadas como Sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1. Não se aplica a esta contratação.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1. Não se aplica

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Boletim de Serviço nº 74 (5030970)

ELSON DE ASSIS RABELO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 26/11/2025 às 12:17:53.

Despacho: Boletim de Serviço nº 74 (5030970)

ELSON LUIZ MATTOS TAVARES DA SILVA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 26/11/2025 às 11:03:31.

Despacho: Boletim de Serviço nº 74 (5030970)

PAULA FRANCO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 26/11/2025 às 16:07:12.

Despacho: Boletim de Serviço nº 74 (5030970)

MOEMA CARVALHO LIMA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 26/11/2025 às 12:22:58.

KAMILA CARDEAL FERREIRA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 26/11/2025 às 11:21:41.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 26/11/2025 às 12:13:17.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Termo de Compromisso com a Integridade.pdf (395.98 KB)
- Anexo II - Anexo II - Termo de Compromisso com Direitos Humanos.pdf (382.81 KB)
- Anexo III - Anexo IV - Entrega__Produto_02_Sinalizacao_dos_Lugares_Regiao_Sul_Sudeste_CGMET.docx (7.12 MB)
- Anexo IV - Anexo V - Entrega_Produto_02_Sinalizacao_dos_Lugares_Regiao_Norte_Nordeste_Centro-Oeste_CGMET (2).pdf (11.99 MB)
- Anexo V - Anexo VIII - Design modelo Totem e Placa (1).pdf (706.51 KB)
- Anexo VI - Anexo VI - Locais de instalacao e quantitativo_CGPMV_rev_25112025.docx (36.77 KB)
- Anexo VII - Anexo VII - Locais de instalacao CGMET - PLACAS.docx (35.07 KB)
- Anexo VIII - Anexo III - Modelo de Proposta.pdf (144.42 KB)